



REUNIÃO CONJUNTA

Conselho Político da ACD

**Frente Parlamentar sobre o limite dos juros e
auditoria da dívida pública**

Brasília, 11 de dezembro de 2025



REUNIÃO CONJUNTA do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar sobre o Limite de Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular – Dia 11.12.2025

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

- Política monetária e manutenção dos juros altos no absurdo patamar de 15% a.a.
- Hugo Motta quer acelerar tramitação da Reforma Administrativa no Congresso.
- Limite da dívida pública: o PRS 8/2025 do Senado atingirá os investimentos sociais.
- Congresso derruba vetos e libera geral para a destruição ambiental
- Caso Banco Master confirma alertas da ACD sobre riscos a trabalhadores e aposentados.
- Decisões do TJMG e TCE-RS barram avanços da financeirização via securitização e PPPs na educação, confirmando a importância das resistências ao esquema.

2 - PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL “Reforma Administrativa” - PEC 38/2025

- Ferramenta para envio de carta a parlamentares e autoridades com apenas 1 clique.
- Ferramenta para envio de carta a parlamentares e autoridades com apenas 1 clique.
- Artigos e entrevistas.
- Proposta de folheto a ser deliberada.
- Apresentação da análise de documentos do Banco Mundial e BID que subsidiam a PEC 38/2025

REUNIÃO CONJUNTA do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar

3 - 25 ANOS DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

- Novo Boletim Especial traz vídeos, palestras, fotos e todos os demais detalhes.
- Deliberação sobre encaminhamentos relacionados às propostas surgidas nos 8 eventos virtuais e na reunião do Conselho Político e da Frente Parlamentar realizada no dia 09/10/2025.

4 - FRENTE PARLAMENTAR PELO LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR E CAMPANHA PELO LIMITE DE JUROS (PLP 104/2022)

- Relatoria do PLP 104/2022 na CFT da Câmara dos Deputados atribuída ao dep. Gilberto Abramo (Republicanos-MG), enquanto a relatoria da SUG n.º 8/2022 que tramita no Senado Federal foi distribuída à senadora Damares Alves (Republicanos-DF).
- Deliberação sobre estratégias.

5- CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

- Importância da Campanha no contexto da luta contra a PEC 38 e demais lutas sociais. Alcançou mais de 334 mil visualizações no Instagram e Facebook nos últimos 3 meses.
- Financiamento da Campanha: apresentação da prestação de contas. Foi necessário a redução para 1 post diário, devido à falta de recursos para manutenção do contrato para 1 post adicional.

REUNIÃO CONJUNTA do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar

6 - NÚCLEOS DA ACD

- Informes gerais e propostas surgidas na reunião de Núcleos realizadas do dia 04/12/2025.

7- DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

- Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145 ou <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

CONJUNTURA ESCANCARA A CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA E O SACRIFÍCIO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

- Banco Central defende a manutenção da Selic em 15% e revela que esse comando foi definido pelo governo via Conselho Monetário Nacional. Juros são o principal fator de crescimento da dívida.
- A PEC 38/2025 visa garantir os privilégios do Sistema da Dívida.
- O PRS 8/2025 do Senado Federal quer limitar a dívida pública, mas preserva a Bolsa-Banqueiro e sacrifica os investimentos sociais.
- Congresso Nacional deu um “libera geral” na destruição ambiental, ao derrubar os vetos de Lula ao PL da devastação.
- A crise do Banco Master e sua repercussão sobre os regimes próprios de previdência.
- Securitização de Créditos Públicos se dissemina Brasil afora, mas alguns entes estão conseguindo barrar.

É URGENTE ENFRENTAR O SISTEMA DA DÍVIDA

Projeto que limita dívida pública livra Bolsa-Banqueiro e turbina o Arcabouço Fiscal

Projeto de Resolução (PRS 8/2025)

Caso a relação DBGG – Conceito Bacen, excluídas as obrigações dos entes subnacionais e as operações compromissadas do Bacen, em proporção ao PIB seja superior a 80%, fica a União automaticamente sujeita às vedações previstas no art. 167-A da Constituição Federal.

aplicação do artigo 167-A (incisos I a X) da Constituição Federal, com vedações a reajustes, criação de cargo, emprego ou função, planos de carreira, admissão ou contratação de pessoal, realização de concurso público, revisão de auxílios ou benefícios de qualquer natureza.

Projeto que limita a dívida pública livra Bolsa-Banqueiro e turbina o Arcabouço fiscal



<https://auditoriacidada.org.br/bolsa-banqueiro-nao-2/>

... vedações a reajustes, criação de cargo, emprego ou função, planos de carreira, admissão ou contratação de pessoal, realização de concurso público, revisão de auxílios ou benefícios de qualquer natureza.

<https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2025/10/projeto-limita-dvida-livra-bolsa-banqueiro-e-turbina-arcabouco-fiscal/#>



MARIA LUCIA FATTORELLI

Projeto que limita a dívida pública quer preservar o Bolsa-Banqueiro

PRS 8/2025 privilegia bancos, obrigando o governo a fazer cortes nos investimentos em direitos sociais

FMI, Banco Mundial e rentistas reconhecem que o Banco Central do Brasil é “o mais duro do mundo”



<https://www.instagram.com/p/DQH9TmKE8XD/>

A photograph of a man with dark hair and a beard, wearing a dark suit and tie, speaking into a microphone. He is gesturing with his right hand. Below the image is a text overlay.

**Governo levanta a bola
para Banco Central
manter juros altos**

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

https://www.instagram.com/p/DRhp0_CjaZH/

A photograph of a man with a beard, wearing a dark jacket, looking slightly to the side. To his right is a graphic with the text "BOLSA BANQUEIRO". Below the image is a text overlay and logos.

**Governo reclama dos
juros da Dívida, mas
indicou 7 dos 9 diretores
do Banco Central**

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

CAMPANHA
NACIONAL
POR DIREITOS
SOCIAIS

<https://www.instagram.com/p/DRxgWsejhPV/>

Alerta total: Motta quer abreviar rito e levar Reforma Administrativa direto ao plenário

O presidente da Câmara comentou os requerimentos de 30 deputados que pediram a retirada das suas assinaturas da PEC. "Do ponto de vista regimental, não tem nenhum prejuízo. O que nós temos que ter é condição política mesmo para aprovar. É o que estou sentindo com as lideranças", disse.



ALERTA TOTAL
Motta quer abreviar rito e levar Reforma Administrativa direto ao plenário

A photograph of Maria Lucia Fattorelli, a woman with long brown hair, speaking into a black microphone. She is wearing a dark top. The background is a plain, light-colored wall. The logo "HORA DO PVO" is in the top right corner.

MARIA LUCIA FATTORELLI
Demolição dos serviços públicos visa privilegiar o sistema da dívida

Ao Correio Braziliense, Fattorelli alerta sobre os perigos da Reforma Administrativa

Modernização do Estado ou desmonte do serviço público?

PEC 38/2015, de iniciativa do Legislativo, prevê gestão por resultados, digitalização e combate a privilégios, mas especialistas alertam para riscos de precarização e interferência política



ACD acertou de novo: alerta ignorado sobre o Banco Master pode custar R\$ Milhões para trabalhadores e aposentados



ACD acertou de novo
Alerta ignorado sobre o Banco Master pode custar R\$ Milhões para trabalhadores e aposentados



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/acd-acertou-de-novo-alerta-ignorado-sobre-o-banco-master-pode-custar-r-milhoes-para-trabalhadores-e-aposentados/>

Monitor Mercantil

A crise do Banco Master e sua repercussão sobre os regimes próprios de previdência

Futuro das aposentadorias passou a depender do humor do mercado financeiro
Por José Menezes Gomes, Maria Lucia Fattorelli e Rodrigo Ávila

Por Redação - 16:52 - 30 de outubro de 2025

31 DE OUTUBRO, 2025

A crise do Banco Master e sua repercussão sobre os regimes próprios de previdência

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-crise-do-banco-master-e-sua-repercussao-sobre-os-regimes-proprios-de-previdencia/>

ACD acertou de novo: alerta ignorado sobre o Banco Master pode custar R\$ Milhões para trabalhadores e aposentados

- No total, 18 fundos de pensão de estados e municípios tinham cerca de R\$ 1,86 bilhão aplicados em títulos do Banco Master.

https://www.diariocidadenews.com.br/noticias/i/c62687ea3895a38b9e44e319862b581c/18-fundos-de-pensao-de-estados-e-municipios-tem-r-186-bilhao-aplicados-no-banco-master?utm_source=chatgpt.com

- O maior de todos, o Rioprevidência (do Estado do Rio de Janeiro), aplicou cerca de R\$ 970 milhões.

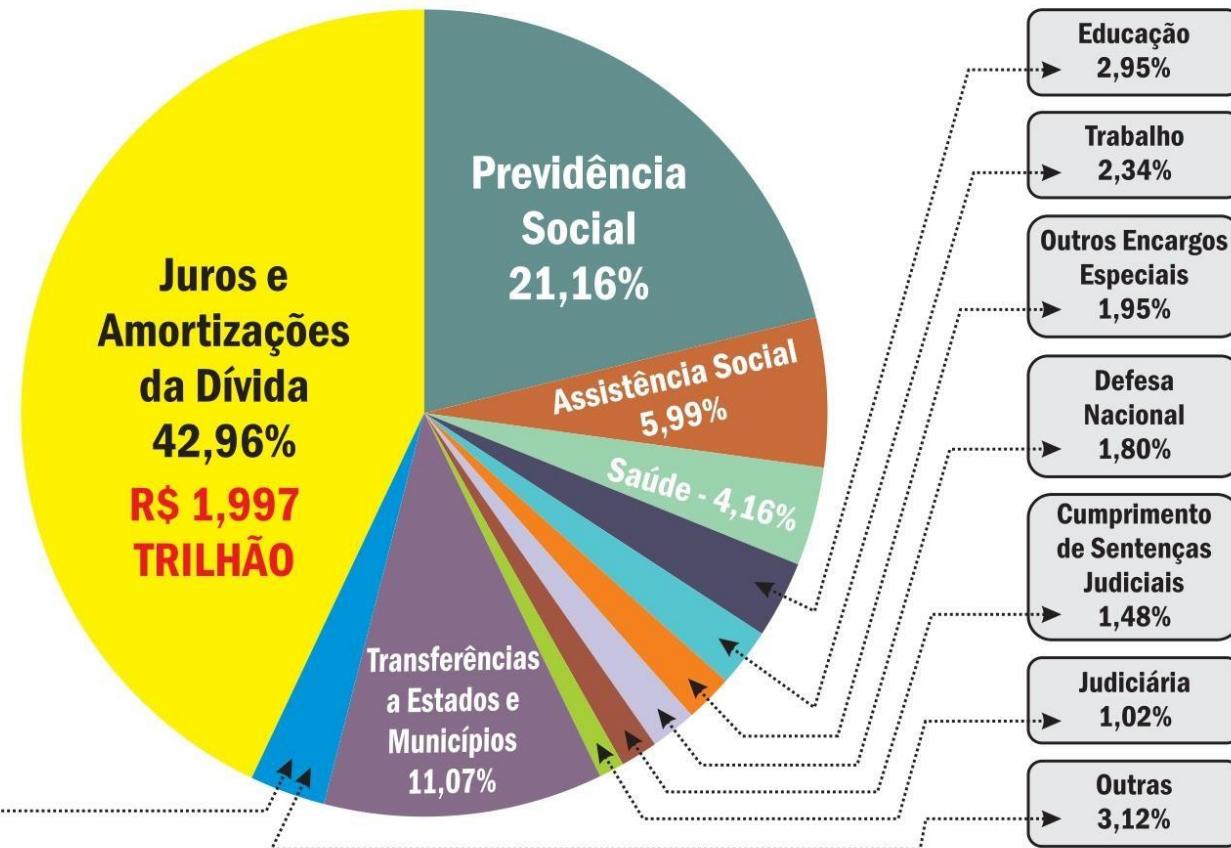
https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-11/rioprevidencia-garante-pagamento-de-aposentadorias-apos-caso-master?utm_source=chatgpt.com

ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO EM 2024

PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

Orçamento Federal Executado (pago) em 2024 = R\$ 4,648 TRILHÕES

OUTRAS	%
Administração	0,5361
Agricultura	0,4394
Segurança Pública	0,3589
Ciência e Tecnologia	0,3173
Transporte	0,3069
Gestão Ambiental	0,3049
Essencial à Justiça	0,2094
Legislativa	0,1888
Relações Exteriores	0,1022
Comércio e Serviços	0,0628
Organização Agrária	0,0585
Comunicações	0,0498
Indústria	0,0440
Cultura	0,0430
Urbanismo	0,0351
Direitos da Cidadania	0,0271
Energia	0,0215
Desporto e Lazer	0,0057
Saneamento	0,0052
Habitação	0,0003
TOTAL	3,1169



A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

“SISTEMA DA DÍVIDA”

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU <https://bit.ly/2NTP1Jo>
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações, juros altos (!).
- Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

TCU CONFIRMOU QUE A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NÃO TEM CONTRAPARTIDA EM INVESTIMENTOS

Destinação de recursos para investimentos



VIA ORÇAMENTO

- No período de 2000 até 2017, nenhuma despesa orçamentária do OFSS classificadas no GND 4 – Investimentos foi custeada com recursos das fontes 43 ou 44 (fonte emissão de títulos)

VIA BNDES

Países	Valor Liberado Até Agosto/2017
Brasil	449.925.787.081,14
Argentina	1.212.460.250,20
Angola	1.006.233.901,59
Estados Unidos	654.378.246,44
Venezuela	236.143.356,22
Chile	230.233.940,40
República Dominicana	201.679.496,00
Canadá	56.887.934,21
Ecuador	40.945.584,10
Uruguai	5.648.435,33
Cuba	2.538.069,09
Peru	75.472,99
México	398.327,29
Índia	265.374,00
Diversos Países	2.307.319.588,72
Total	455.881.695.057,72

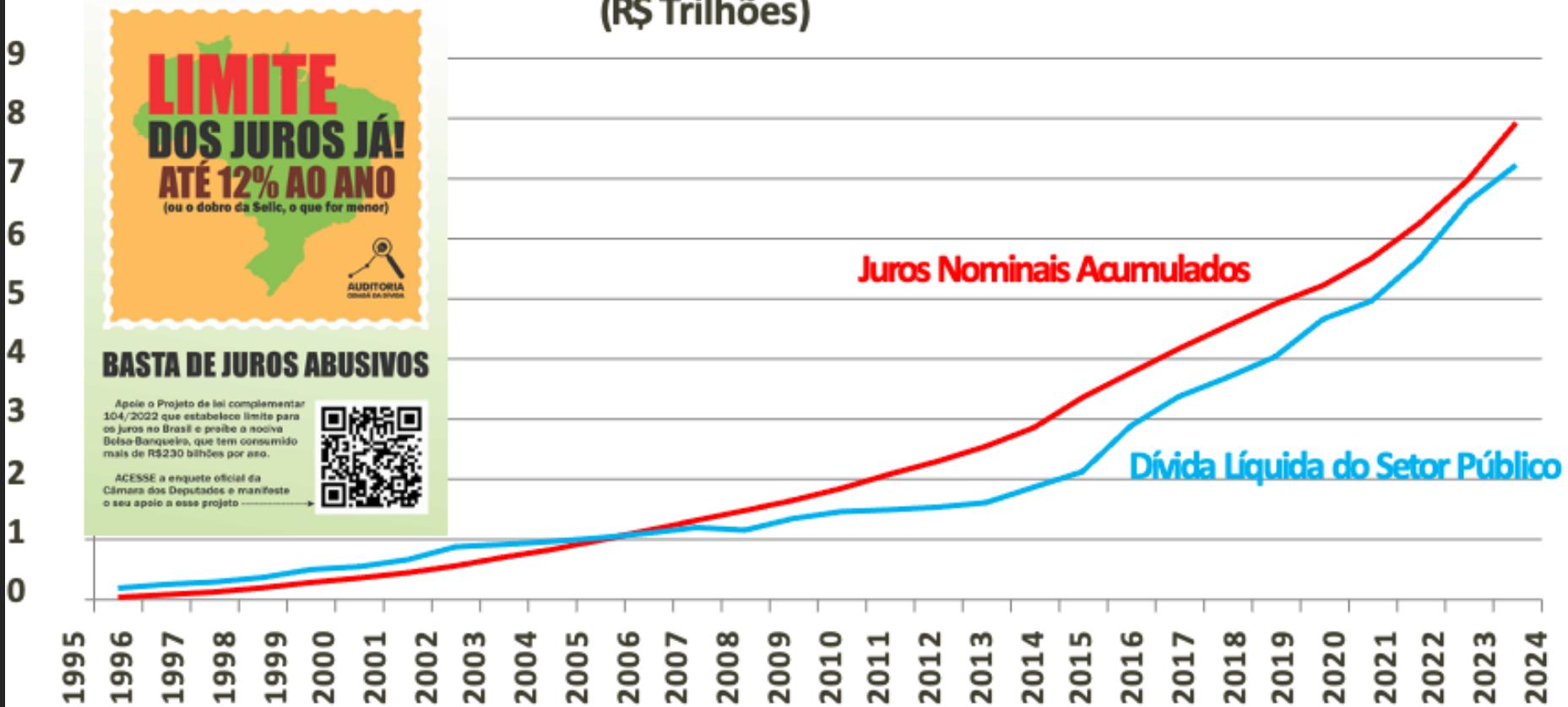
Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019

<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

JUROS ALTOS SÃO O PRINCIPAL FATOR RESPONSÁVEL PELO CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA DÍVIDA PÚBLICA

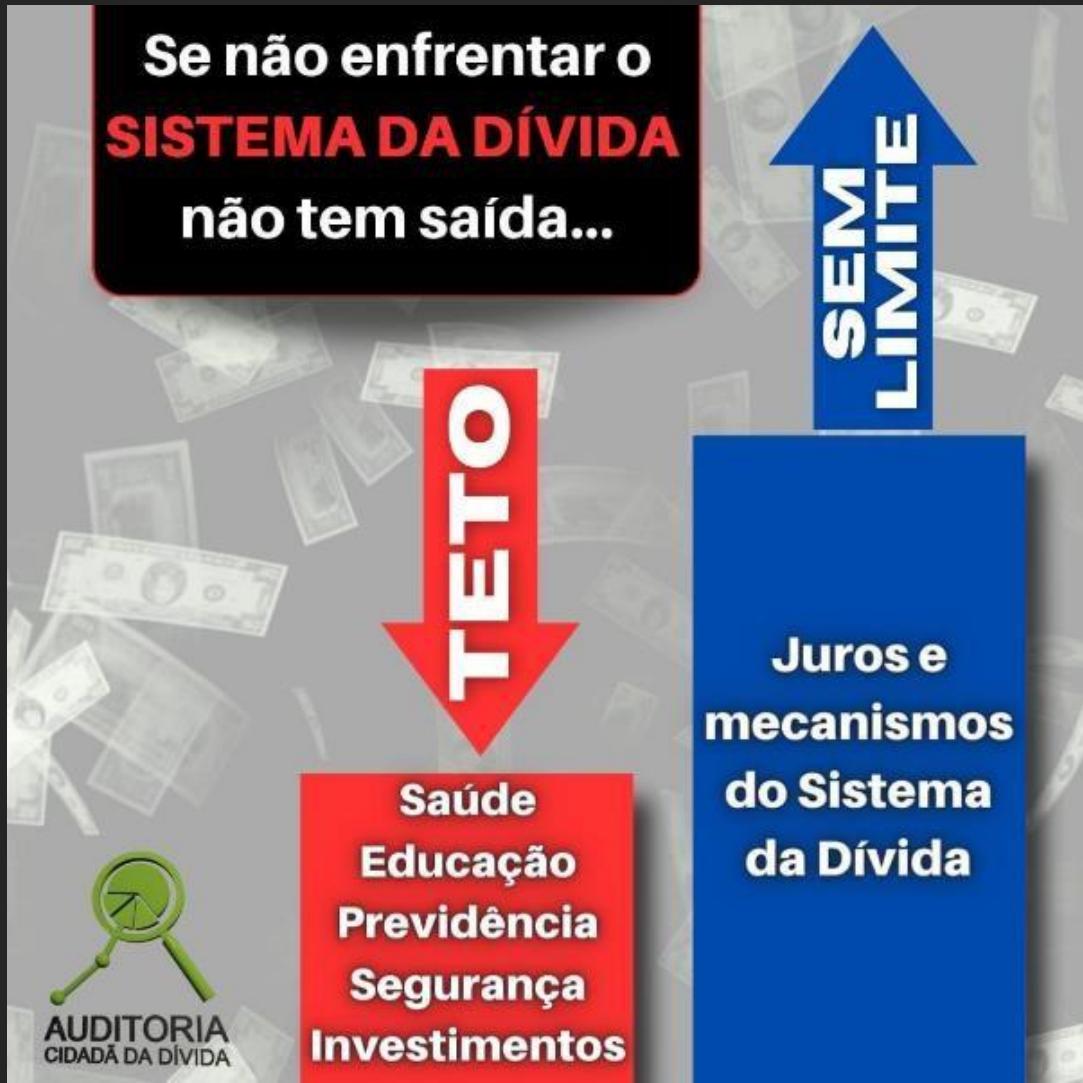
Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ Trilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

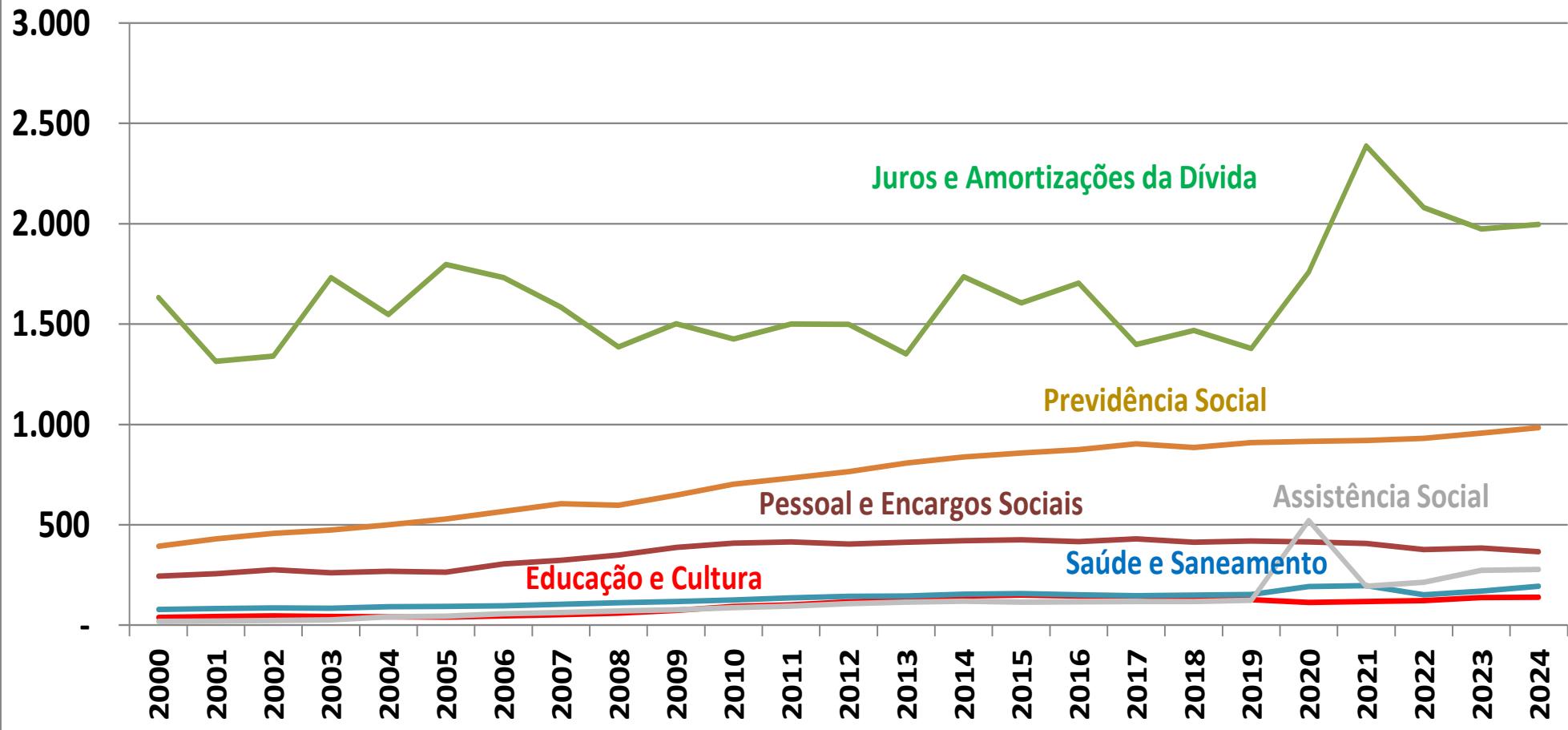
EC 95/2016 e LC 200/2023 ("ARCABOUÇO FISCAL")



- Manteve o teto de gastos sociais para *"guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público"*;
- Impõe graves restrições orçamentárias para cumprir o teto e a meta de superávit primário;
- Governo promete mais cortes para cumprir o arcabouço fiscal;
- Risco de revogação dos pisos constitucionais da saúde e da educação; e Reforma Administrativa.

ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ?

Governo Federal - Gastos Selecionados, em R\$ bilhões de 2024
(Valores atualizados pelo IPCA)



Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/despesas-da-uniao-series-historicas/2023/8-2> ; Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siop.planejamento.gov.br/painelorcamento/>

“ARCABOUÇO FISCAL” IMPEDE A UTILIZAÇÃO DE TRILHÕES DE REAIS QUE ESTÃO NO CAIXA DO GOVERNO

- Chegamos a **R\$ 5 TRILHÕES** em caixa:
 - **R\$ 1,829 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional (em 30/6/2025)
 - **R\$ 1,272 TRILHÃO** no caixa do Banco Central (em 30/6/2025)
(Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados – “Bolsa Banqueiro”)
 - **R\$ 1,879 TRILHÃO** em Reservas Internacionais (em 30/6/2025)

Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202507_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx
(Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

CONJUNTURA ESCANCARA O AVANÇO DOS PRIVILÉGIOS DO SISTEMA DA DÍVIDA EM DETRIMENTO AOS DIREITOS SOCIAIS

- Em 6 de novembro de 2025, o BC manteve a SELIC em 15% ao ano, o maior patamar em quase 20 anos — decisão unânime de seu comitê de política monetária. Afirmou que manterá os juros nesse nível por “período bastante prolongado” para garantir a convergência da inflação à meta. **Fonte:** https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/economia/noticia/2025-11/brazils-central-bank-keeps-benchmark-interest-rate-15-annum?utm_source=chatgpt.
- Embora a atividade econômica desacelere, o BC justifica a manutenção dos juros com o argumento de que “inflação continua acima da meta” — mesmo quando parte da inflação decorre de preços administrados (energia, combustíveis) e não de excesso de demanda. **Fonte:** <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/governo-levanta-a-bola-para-banco-central-manter-juros-altos/>
- A Auditoria Cidadã da Dívida reitera que essa política monetária favorece o mercado financeiro à custa da economia real, desigualdades e corte de investimentos públicos. **Fonte:** https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2025/03/demandas-aquecidas-para-porsche-iate-e-jatinho/?utm_source=chatgpt.com

BANCO CENTRAL: PRINCIPAL RESPONSÁVEL

Taxa básica de juros Selic: 15 % a.a.

DE QUE ADIANTA CORTAR GASTOS SOCIAIS SE O ROMBO ESTÁ NOS JUROS?

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

**R\$ 59,8 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-8,6	-0,07	10,2	0,08
Elevação de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	59,8	0,48	54,4	0,44
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-20,3	-0,16	-20,0	-0,16

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Brasil pratica Taxa básica de juros reais mais elevada do mundo:

Zona do Euro... 0,05% a.a.

EUA 0,97% a.a.

Japão - 2,43% a.a.

BRASIL 9,86% a.a.

Fonte: <https://clubedospoupadores.com/ranking-juros-reais>

Esquema de “Securitização de Créditos Públicos” desvia recursos por fora do Orçamento Público



INVESTIDORES PRIVILEGIADOS

recebem parte dos recursos públicos por fora dos controles orçamentários, em pagamento da dívida ilegal gerada por esse esquema

ENTES FEDERADOS

(União, Estados ou Municípios) recebem apenas parte dos recursos públicos, subtraída dos recursos desviados das contas vinculadas ao esquema para investidores privilegiados



CONTAS VINCULADAS AO ESQUEMA

nas quais se processa o DESVIO DO FLUXO DE ARRECADAÇÃO

RECURSOS PÚBLICOS INGRESSAM NA REDE BANCÁRIA
pagamento de tributos por contribuintes e outras receitas públicas

Ver artigo “Securitização: consignado turbinado de recursos públicos”, disponível em
<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

MODELO DE NEGÓCIOS

A chamada “securitização de créditos públicos” tem se tornado um modelo de negócios, mediante o qual o mercado se apodera de recursos públicos antes mesmo que tais recursos alcancem os cofres públicos. Os recursos públicos são desviados durante o seu percurso pela rede bancária, tal como acontece em um empréstimo consignado, e não são sequer contabilizados no orçamento público.

- TRIBUTOS (CPSEC S/A, PBH ATIVOS S/A)
- ROYALTIES (RioPrevidência <https://bit.ly/3u0H08u>)
- RECEITAS COMERCIAIS (Nióbio em MG <https://bit.ly/3tbVh35>)



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

É urgente difundir o conhecimento do SISTEMA DA DÍVIDA e mobilizar a sociedade nacional e internacional por uma auditoria integral com participação social

NOVO CURSO DA ACD
a distância

O SISTEMA DA DÍVIDA NO BRASIL E A NECESSIDADE DE AUDITORIA INTEGRAL



Aprenda tudo sobre o mecanismo que está no centro de todos os problemas econômicos do Brasil e dos brasileiros, beneficiando uma elite privilegiada

Participe do novo
curso da ACD a distância

<https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil

LIMITE DOS JUROS TEM QUE VIRAR LEI

Maria Lucia Fattorelli
AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



Primeira Edição 2023
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

Conheça e divulgue a Cartilha
<https://bit.ly/42HOWM3>

2 - PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL “Reforma Administrativa” - PEC 38/2025

REFORMA ADMINISTRATIVA – Relatório dep. Pedro Paulo

- 526 páginas + proposta de PEC 48 pág.) + 2 projetos de lei (111 pág.)

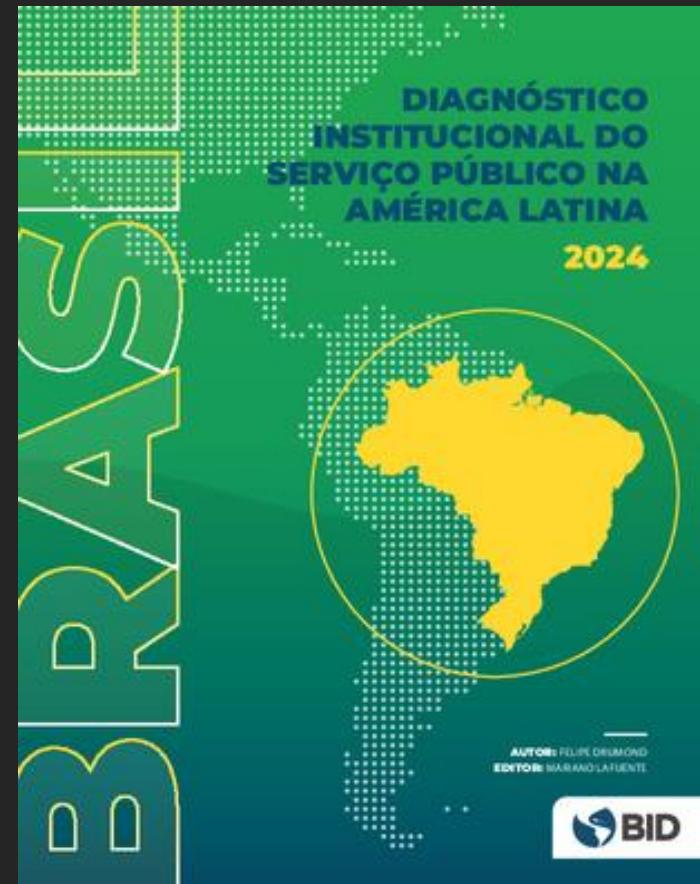
Foram elaboradas 70 propostas legislativas, organizadas em 4 eixos centrais:

- 1. Estratégia, Governança e Gestão**
- 2. Transformação Digital**
- 3. Profissionalização do Serviço Público**
- 4. Extinção de Privilégios**

- EM NOTAS DE RODAPÉ do relatório de 526 páginas, aparecem links de **documentos do Banco Mundial e do BID** que a ACD está analisando para incluir em folheto que denuncia a interferência de organismos internacionais na administração pública

BID: *DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL DO SERVIÇO PÚBLICO NA AMÉRICA LATINA 2024*

No relatório do BID denominado “*Diagnóstico-institucional-do-servico-publico-na-América-Latina-Brasil-2024*”, citado no documento divulgado pelo grupo de trabalho da Câmara dos Deputados sobre a Reforma Administrativa, contém diversos direcionamentos e assertivas que aparecem como pontos a serem enfrentados pelas determinações da PEC 38/2025, o que demonstra a interferência desse organismo internacional na construção da referida proposta de emenda constitucional, podendo citar como exemplo os seguintes trechos:



BID - *DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL DO SERVIÇO PÚBLICO NA AMÉRICA LATINA 2024*

- "... Ainda não foi regulamentado o desligamento por insuficiência de desempenho, previsto na Constituição desde 1998..."
- "... A falta de uma estrutura padrão de organização de cargos reflete na dimensão financeira. São encontradas carreiras com atribuições similares, mas remunerações (salário inicial, final e amplitude) distintas. Tal fator foi associado por uma pesquisa (Correa et al., 2020) a desmotivação de servidores, reforçando a gravidade do tema..."
- ".... O desligamento por desempenho insuficiente continua não regulamentado...."
- ".... Continuam existindo diversos modelos sobrepostos de avaliação de desempenho, cada qual para sua própria finalidade
- "... vínculo efetivo, sem prazo para fim, como o meio pelo qual os serviços públicos deveriam ser prestados..."
- "... Alguns dos pontos centrais elencados tem sido a padronização salarial e simplificação do sistema de carreiras (Banco Mundial, 2019) ..."

O longo relatório do Banco Mundial denominado “*ID4D Identification for Development - Practitioner’s Guide*”, citado no documento divulgado pelo grupo de trabalho da Câmara dos Deputados sobre a Reforma Administrativa, defende a criação de nova identidade digital

This global identification gap is partly a result of the fact that many low- and middle-income countries lack well-functioning civil registration (CR) systems to record births, deaths, marriages, and other vital events, which are essential for providing legal identity from birth. Even where civil registers and ID systems do exist, they are often paper-based, subject to data errors and fraud, built for narrow purposes that do not suit more general uses (e.g., voter ID cards or social benefit numbers), fragmented across several government agencies, and/or exclusionary of specific groups or populations. Furthermore, many countries lack strong legal and regulatory frameworks to support trusted and inclusive ID systems that adequately ensure privacy and data protection. **Thus, in addition to the 1 billion people who do not have basic proof of identity, many more lack ID that is useful and trusted. Without trust and convenience for people and other users, these ID systems have diminished value.**

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/248371559325561562/pdf/ID4D-Practitioner-sGuide.pdf>

O documento elenca uma série de benefícios evidentes dessa identificação, em especial o fato de que em alguns locais, mais da metade da população não possuiria registro civil, e a digitalização poderia ampliar o acesso dessas pessoas a serviços essenciais.

Vários questionamentos podem ser feitos a partir dessa aparentemente interessante proposta de modernização:

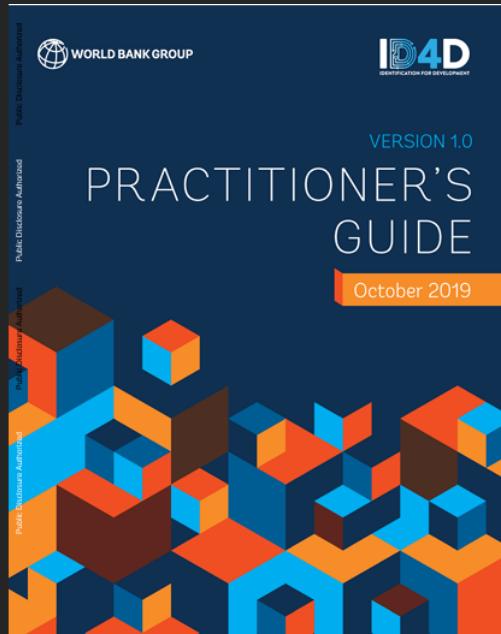
- Qual a razão para se criar uma nova identidade digital nacional, emitida por um fornecedor privado, quando se deveria investir no fortalecimento e na integração de todas as Secretarias de Segurança Pública estaduais, para que possam avançar no trabalho que já realizam?
- Quais os riscos de se colocar sob uma instituição privada a identificação digital de todos os brasileiros e brasileiras? Como garantir a lisura dessa empresa?
- Quando órgãos públicos de investigação necessitarem de informações, terão que se submeter à vontade dessa empresa em fornecer ou não as informações?

Banco Mundial “*ID4D Identification for Development - Practitioner's Guide*”

PROJECT PRESENTATION

The Nigeria Digital Identification for Development Project (ID4D) is a **US\$ 430** million project to build a robust foundational ID system that will enable access to essential services. The project will address the currently fragmented ID system and boost overall ID coverage and use in Nigeria by:

https://financeincommon.org/nigeria-digital-id4d-world-bank?utm_source=chatgpt.com



O conteúdo do documento ID4D (World Bank) mostra que o setor privado tem um papel central tanto na implementação quanto no financiamento dos sistemas digitais de identificação civil.

Washington, DC, May 15, 2023. The World Bank's Board of Executive Directors approved on May 12, 2023, a **US\$250 million** loan to strengthen population and civil registration while increasing usage of digital identification to improve service delivery in Indonesia and deepen trust in the country's digital economy.

The work of ID4D is made possible through support from the World Bank Group, Bill & Melinda Gates Foundation, the UK Government, the Australian Government and the Omidyar Network.



“O trabalho da ID4D é possível graças ao apoio do Grupo Banco Mundial, da Fundação Bill & Melinda Gates, do Governo do Reino Unido, do Governo da Austrália e da Rede Omidyar.”

Foram feitos alguns ajustes de implementação no projeto Identidade Digital para o Desenvolvimento da Nigéria (Nigeria ID4D), patrocinado pelo Banco Mundial (BM) e por outros dois financiadores internacionais (a Agência Francesa de Desenvolvimento e o Banco Europeu de Investimento).

https://www.biometricupdate.com/202407/world-bank-revises-nigerias-digital-id-project-as-country-fails-to-meet-critical-targets?utm_source=chatgpt.com

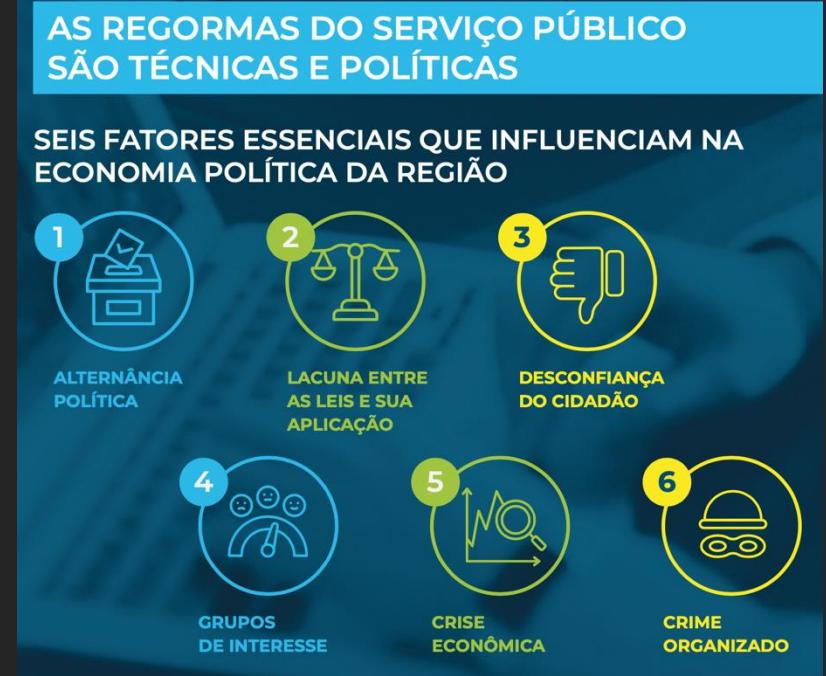
Análise estudo BID - *Governos melhores para vida melhores*

O documento propõe um conjunto de reformas:

planejamento, emprego, desempenho, remuneração e treinamento. A implementação desses critérios no setor público envolve um conjunto de reformas que podem ser organizadas em três categorias: i) reformas para a adoção de marcos normativos técnicos e práticos de gestão de natureza técnica (capacidades técnicas); ii) reformas para a adoção de estruturas de incentivo que melhorem a gestão dos órgãos do serviço público e o desempenho dos funcionários públicos (marco de prestação de contas); e iii) compreensão das condições da economia política para facilitar a criação de consensos (ambiente propício) para facilitar a implementação de reformas.

E apresenta um conjunto de fatores que considera essenciais na economia política:

<https://publications.iadb.org/pt/governos-melhores-para-vidas-melhores-fortalecendo-capacidades-do-estado-para-uma-gestao>



Análise estudo BID - *Governos melhores para vida melhores*

O documento revela profunda desconexão com o que ocorre no Brasil e com as necessidades da população:

Seis fatores-chave influenciam a economia política da região (consultar o gráfico R7). Primeiro, a alternância entre regimes políticos muito polarizados e a vulnerabilidade dos cargos indicados politicamente resultam em uma alta rotatividade, o que dificulta a estabilidade, profissionalização e continuidade na administração pública. Segundo, embora existam leis que prescrevem processos meritocráticos, sua aplicação é fraca devido à resistência de atores políticos que buscam manter mecanismos de recrutamento discricionários e favoritismos, como os sindicatos. Terceiro, há um círculo vicioso entre a desconfiança social no governo que, quase paradoxalmente, reduz os incentivos para fortalecer o serviço público; esse último ponto, por sua vez, gera resultados fracos da administração pública para os cidadãos, o que continua a aumentar sua desconfiança. Quarto, os grupos de interesse que podem dificultar ou impedir as reformas (por exemplo, sindicatos) geralmente são mais organizados do que os beneficiários (por exemplo, cidadãos) e, portanto, podem bloquear as reformas do serviço público. Quinto, as crises econômicas criam incentivos para melhorar a eficiência da gestão dos recursos

Ao citar “*alta rotatividade*” e “*indicações políticas*”, o documento do BID ignora as carreiras do serviço público brasileiro que a reforma administrativa pretende destruir, o que resultará justamente na “alta rotatividade” e nas “indicações políticas” que ele próprio aponta como problemas.

Análise estudo BID - *Governos melhores para vida melhores*

- > **Vincular o desempenho dos funcionários públicos aos gastos de forma mais eficaz.** Os processos de implementação das instituições de gestão baseada em resultados devem ser usadas para alinhar as funções, responsabilidades e planos individuais de trabalho dos funcionários públicos (começando pelos cargos de gestão) aos objetivos e metas institucionais. Dessa forma, será possível fortalecer e tornar transparente a forma através da qual a avaliação de desempenho é gerida.
- > **Maior transparência nos gastos salariais e no desempenho do serviço público, que permitirá criar condições de apoio para realizar reformas mais profundas.** Na medida em que os cidadãos puderem ver que os gastos produzem os resultados esperados, devido à boa gestão dos funcionários públicos envolvidos, será mais viável contar com apoio para a implementação de reformas mais complexas, que enfrentam uma maior resistência de determinados setores (por exemplo, o setor sindical).

O documento propõe “*vincular o desempenho dos funcionários públicos aos gastos de forma eficaz*”, recorrendo ao discurso da “*gestão baseada em resultados*”, como se o Estado fosse uma empresa privada e não tivesse responsabilidades sociais essenciais. O mais grave, porém, é a repetida crítica aos sindicatos, insinuando que seriam obstáculos à transparência dos gastos públicos — uma acusação infundada. No Brasil, os gastos com pessoal são públicos e amplamente auditáveis, enquanto os gastos bilionários com juros e os mecanismos do Sistema da Dívida permanecem envoltos em sigilo.

Auditoria Cidadã da Dívida tem produzido diversos materiais para fortalecer a luta contra a Reforma Administrativa e o PRS 8/2025



MARIA LUCIA FATTORELLI

Projeto que limita a dívida pública quer preservar o Bolsa-Banqueiro

16 DE OUTUBRO, 2025

Fattorelli para o Extraclasse: Projeto que limita dívida pública livra Bolsa-Banqueiro e turbina o Arcabouço Fiscal

<https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2025/10/projeto-limita-divida-livra-bolsa-banqueiro-e-turbina-arcabouco-fiscal/#>



EXTRACLASSE

Demolição dos serviços públicos visa privilegiar o Sistema da Dívida

Maria Lucia Fattorelli

 AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2025/11/pec-38-2025-desmonte-do-estado-visa-privilegiar-sistema-da-dvida/>



Ao Correio Braziliense, Fattorelli alerta sobre os perigos da Reforma Administrativa

Modernização do Estado ou desmonte do serviço público?

PEC 38/2025, de iniciativa do Legislativo, prevê gestão por resultados, digitalização e combate a privilégios, mas especialistas alertam para riscos de precarização e interferência política

JESSICA ANDRADE

A reforma administrativa, proposta pelo Executivo para reduzir o déficit fiscal, é vista como uma oportunidade para avançar no fortalecimento político e econômico. O projeto, elaborado por um grupo de trabalho coordenado pelo deputado Pedro Paulino (DEM), visa modernizar o Estado, promover a eficiência e a eficácia, e garantir a sustentabilidade financeira. No entanto, há preocupações quanto ao impacto da proposta na segurança social, nos serviços públicos, nos direitos sociais e na qualidade da vida das pessoas.

O PEC altera regras constitucionais, como a criação de um Conselho Nacional de Gestão Pública, que vai substituir o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Cdes) e o Conselho de Desenvolvimento Social e da Família (Cdesf). O texto propõe intensificar a gestão por resultados, a descentralização e a delegação de competências. O texto propõe intensificar a gestão por resultados, a descentralização e a delegação de competências. O texto propõe intensificar a gestão por resultados, a descentralização e a delegação de competências.

A presidente da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, alerta para os riscos da proposta. Ela destaca que a reforma pode levar ao desmonte do serviço público, com consequentes impactos negativos na saúde, educação e assistência social. Fattorelli argumenta que a proposta visa privilegiar o sistema da dívida, ao invés de investir em serviços públicos de qualidade.

Na opinião de Fattorelli, a proposta é uma tentativa de desmontar o Estado e os serviços públicos, em vez de modernizá-los. Ela destaca que a proposta é uma tentativa de desmontar o Estado e os serviços públicos, em vez de modernizá-los. Ela destaca que a proposta é uma tentativa de desmontar o Estado e os serviços públicos, em vez de modernizá-los.

Ibrahim Yusef, "Não combata privilégios nem corrige desigualdades"

Professora Alzira Pecci diz que o texto aborda mal os 70 propostas

Maria Lucia, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, a critica

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ao-correio-braziliense-fattorelli-alerta-sobre-os-perigos-da-reforma-administrativa/>

Proposta de folheto contra a Reforma Administrativa

- Mostrar que o rombo não está e nunca esteve na estrutura do Estado que a PEC 38 quer demolir;
- Mostrar que a PEC 38 propõe um desmonte, prejudicando a imensa maioria da sociedade brasileira, que só tem acesso na estrutura pública;
- Denunciar a influência de organismos internacionais, principalmente Banco Mundial e BID na elaboração do texto da PEC 38;
- **Proposta de incluir a logo das entidades que desejarem apoiar esse material - DELIBERAR**

3 - ENCAMINHAMENTOS REFERENTES ÀS PROPOSTAS COLHIDAS DURANTE AS LIVES E REUNIÕES CELEBRATIVOS DOS 25 ANOS DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

25 ANOS DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

- Em novembro foi publicado o Boletim Informativo Especial dos 25 anos da Auditoria Cidadã da Dívida

Boletim Informativo Especial

25 ANOS DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

25 anos de coerência, coragem, muita dedicação e compromisso com o povo brasileiro

Confraternização dos 25 anos da ACD

As comemorações dos 25 anos da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) foram muito mais do que um aniversário: representaram a celebração de uma trajetória de coragem, coerência, dedicação e compromisso com o Brasil e com a vida digna de seu povo. Nos meses de setembro e outubro de 2025, um conjunto de eventos, mobilizações, lives e encontros reuniu especialistas, entidades nacionais e internacionais para discutir os desafios e perspectivas da luta pela justiça social e ambiental no Brasil.

Confira vídeos, palestras, fotos e todos os demais detalhes.

<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2025/11/Boletim-Especial-dos-25-anos-da-ACD-FECHADO-11.11.pdf>

Encaminhamentos do Conselho Político

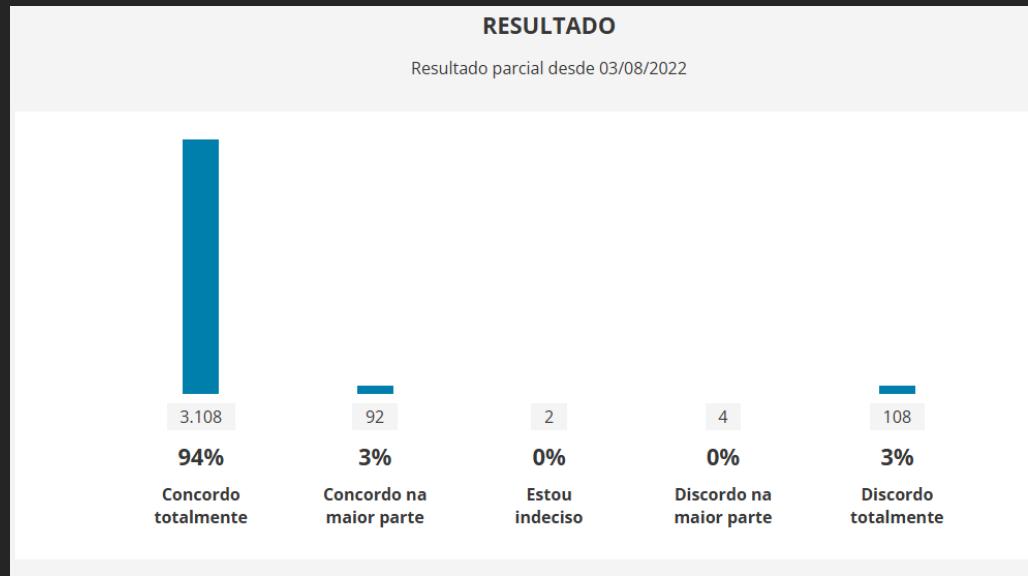
PROPOSTAS REUNIDAS DURANTE AS LIVES COMEMORATIVAS DOS 25 ANOS DA ACD, REALIZADAS EM SETEMBRO DE 2025, ACRESCIDAS DOS
ENCAMINHAMENTOS OBTIDOS NA REUNIÃO DE NÚCLEOS DA ACD, OCORRIDA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Observação: PROPOSTA 1 - Criação de um projeto de extensão para promoção de ações educativas destinadas à conscientização da sociedade sobre o Sistema da Dívida e a importância da auditoria, a ser difundida em Universidades Federais, privadas e em instituições de ensino médio, conforme proposta feita pelo Núcleo Rio Grande do Norte (ANEXO 1)

Tema da live	Propostas de ação surgidas durante os eventos celebrativos dos 25 anos da ACD	Propostas de encaminhamento, inclusive as apresentadas durante a reunião dos Núcleos da ACD	Encaminhamentos do Conselho Político
Live 1: O Sistema da Dívida no Brasil e a trajetória da Auditoria Cidadã	Realizar palestras e atividades presenciais para ampliar o alcance das discussões sobre o Sistema da Dívida e a participação social na auditoria.	PROPOSTA 1	
	Associar os trabalhos da ACD à Cúpula dos Povos rumo à COP30, integrando os subsídios produzidos pela ACD ao documento que será encaminhado à Presidência da Conferência das Partes da ONU, fortalecendo a conexão entre dívida, justiça socioambiental e clima.	Atividade realizada: o Núcleo ACD-Pará participou de diversas atividades da COP-30 em Belém e foi produzido folheto específico, disponível no site e distribuído em Belém durante a COP-30.	
	Reforçar a ideia de que, em lutas por direitos e justiça, o foco deve ser o dever ético de lutar pelo ideal, independentemente do resultado imediato — mantendo mobilização, articulação e continuidade na ação política e educativa.	PROPOSTA 1	
	Aumentar a participação de entidades da sociedade civil na Auditoria Cidadã da Dívida, divulgando cursos e campanhas.	Aprimorar a participação das entidades apoiadoras da ACD e verificar maneira de ampliar essa participação com novas entidades de forma efetiva.	
	Utilizar os dados da ACD nas diversas lutas sociais, tendo em vista que o Sistema da Dívida está por trás de todas as contrarreformas, privatizações e supressão de direitos sociais.	ACD já vem fazendo isso historicamente. Para reforçar a luta contra a Reforma Administrativa, estamos preparando novo folheto que mostra que o	Continua nas próximas páginas da planilha

4 - FRENTE PARLAMENTAR PELO LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR E CAMPANHA PELO LIMITE DE JUROS (PLP 104/2022)

4 - FRENTE PARLAMENTAR PELO LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA



<https://www.camara.leg.br/enquetes/2333328>

Campanha para LIMITAR JUROS NO BRASIL

<https://auditoriacidada.org.br/lmite-dos-juros/>



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**



**EXIGIMOS LIMITE PARA
OS JUROS NO BRASIL**

MOVIMENTE-SE

- Informativos da Campanha
- Queremos saber sua opinião
VOTE
- Abuso das taxas de juros no Brasil
ENTENDA
- Materiais da campanha
COMPARTILHE
- Descubra o que está acontecendo
AGENDA
- Acesse a Proposta Legislativa e acompanhe os próximos passos
CONGRESSO NACIONAL

PROPOSTA PELO LIMITE DOS JUROS VIRA PLP 104/2022



**PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR**

Reunião deliberativa da Comissão Legislativa Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados aprova proposta legislativa pelo limite dos juros no Brasil.

RELATORES DO PLP 104/2022

Limite dos Juros no Brasil

Na Câmara dos Deputados

Comissão de Finanças e Tributação

Relator do PLP 104/2022

Dep. Gilberto Aparecido Abramo

No Senado Federal

Comissão de Direitos Humanos

Relatoria da Sugestão Legislativa nº 8/2022 na
Senadora Damares Alves

5 - CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

Campanha segue em atividade:



Reforma Administrativa: o disfarçado de modernização



CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

ALERTA TOTAL
Motta quer abreviar rito e
levar Reforma Administrativa
direto ao plenário

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

Visualizações ①

Visualizações	36.358
Seguidores	19.4%
Não seguidores	80.6%

Na página inicial 24.049
No perfil 344
De outra pessoa 19

Contas alcançadas 20.282

Interações ①

Interacções

CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

A Campanha tem um enorme potencial. Veja os últimos números:

- Mais de 334 mil visualizações somente no Instagram e Facebook nos últimos 3 meses.
- Tem avançado em parcerias com outros canais que possuem ótimo alcance.
- Além da visibilidade no site da ACD, que costuma receber mais de 200 mil acessos por semestre.
- A partir de janeiro, somente 1 post diário arcado pela ACD, tendo em vista que o outro contrato de prestação de serviços para manter mais um post diário precisou ser rescindido.
- PRESTAÇÃO DE CONTAS – Pedido de apoio para cobrir despesas

6 - NÚCLEOS DA ACD NOS ESTADOS

INFORMES SOBRE AS DIVERSAS ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DA ACD

- Informes gerais e propostas surgidas na reunião de Núcleos realizadas do dia 04/12/2025.
 - Encaminhamentos referentes a todos os temas debatidos nos 8 eventos virtuais celebrativos dos 25 anos da ACD
 - Propostas de eventos, ações, iniciativas, publicações etc.
 - Definição dos próximos passos da ACD.
 - Informes sobre a implantação da Securitização nos estados.

7 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Doações podem ser feitas via

PIX 12537204000145

ou

<https://auditoriacidada.org.br/doacao/>



Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



/Spotify.



Google Podcasts



/AUDITORIACIDADA

ÉHORADEVIRAROJOGO